

Cotas raciais: fraude, desigualdade e o futuro da democracia

» ALEXANDRE CRUZ

Jornalista, integra o Comitê em Defesa da Democracia em Porto Alegre (RS), ex-dirigente da Izquierda Unida em Galapagar (Espanha)

A promessa de inclusão e justiça social embutida na Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.990/2014) se esvai diante da realidade cruel exposta em um estudo recente da Univasf e do Insuper: 70% dos concursos públicos para universidades federais burlam a lei, oferecendo apenas um ou dois cargos por edital, inviabilizando a aplicação da reserva de 20% para negros e pardos.

Essa fraude, além de negar oportunidades a quem mais precisa, corrói as bases da nossa democracia. A educação é pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e plural, e a sonegação de vagas por meio de fracionamentos artificiais impede a ascensão social de grupos historicamente marginalizados.

O impacto vai além da frustração individual. A falta de representatividade nas universidades perpetua a desigualdade estrutural, privando a sociedade de talentos e perspectivas diversas. A exclusão de minorias étnicas impede o desenvolvimento pleno do país, sufocando o potencial de inovação e o florescimento de uma democracia vibrante e plural.

A burla às cotas raciais não é apenas um problema legal, é uma chaga moral que exige medidas contundentes. O Ministério da Educação (MEC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) precisam agir com rigor para coibir essa prática nefasta, punindo as instituições que se recusam a cumprir a lei.

A sociedade civil também precisa se mobilizar. É fundamental denunciar casos de fraude e pressionar por uma efetiva implementação das cotas raciais. O futuro da nossa democracia depende da construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, em que a meritocracia seja compatível com a igualdade de oportunidades.

A educação é a chave para a transformação social, e as cotas raciais são um instrumento essencial para construir um país mais justo e plural. É hora de defender a democracia e exigir o fim da fraude nas universidades.

Ao mesmo tempo que o Movimento Negro exige o fim da fraude nas universidades, em artigo recente no jornal *O Estado de São Paulo*, Fernando Reichach defende que as cotas raciais restauram o racismo. Uma falácia.

Desmascará-la exige analisar seus argumentos de forma crítica e contextualizada. A principal falha reside na distorção da lógica das cotas. Elas não se baseiam na ideia de inferioridade ou superioridade racial, mas, sim, na busca por corrigir desigualdades estruturais e históricas



que colocam grupos minoritários em desvantagem no sistema educacional.

É importante ressaltar que as cotas não são privilégio, mas uma medida de reparação histórica. Elas visam equalizar as condições de disputa, permitindo que negros e indígenas tenham a chance de competir em pé de igualdade com aqueles que historicamente se beneficiaram do racismo estrutural.

A alegação de que as cotas “restauram o racismo” ignora completamente essa realidade. Em vez de reconhecer a necessidade de medidas afirmativas para corrigir desigualdades, essa visão propaga uma falsa equivalência entre políticas de inclusão e a discriminação racial.

É crucial reconhecer que as cotas raciais não são uma solução mágica para o problema do racismo, mas uma ferramenta essencial para construir um sistema educacional mais justo e inclusivo. Elas representam um passo importante na árdua luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e plural.

Sem oportunidades iguais de acesso ao ensino superior, negros e indígenas enfrentam barreiras adicionais na busca por empregos dignos e ascensão social. Dificultar o acesso dos negros às universidades não só é injusto no âmbito educacional, mas também impede a redução significativa das desigualdades econômicas e sociais no país.

Ao negar às comunidades negras e indígenas o acesso equitativo à educação superior, estamos perpetuando um ciclo de privação e marginalização que se estende por gerações. Sem políticas efetivas de inclusão, corremos o risco de condenar esses grupos a um destino de desvantagem estrutural, minando, assim, os princípios fundamentais de igualdade e justiça que devem nortear uma sociedade verdadeiramente democrática.

Portanto, a luta pelo aperfeiçoamento das cotas raciais não é apenas uma questão de política pública, mas uma batalha pela alma da nossa democracia.

Uma conta cara para a saúde: a comida consumida pelos jovens

» RENATA COUTO

Diretora executiva do *Desiderata*, *Oscip* focada na melhoria da saúde infantojuvenil

» ELISABETTA RECINE

Professora da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Instituto Desiderata, em parceria com a Fiocruz e o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), protagoniza a autoria de um estudo que demonstra que o tratamento de crianças e adolescentes, entre os anos de 2013 a 2022, custou R\$ 213,1 milhões aos cofres públicos. Se considerarmos custos adicionais, como os ambulatoriais e medicamentosos, os gastos totais foram estimados em R\$ 225,7 milhões. Nesse mesmo período, os custos não hospitalares com saúde pagos pelas famílias foram estimados em R\$ 90,6 milhões, dos quais R\$ 12,6 milhões representaram custos adicionais atribuíveis à obesidade infantil. Entre esses custos, os gastos com saúde pagos pelas famílias representam 47,6% ou cerca de R\$ 6 milhões. O estudo de modelagem para aplicação no cenário brasileiro utilizou como fonte sistemas públicos de informação em saúde do SUS, como o Sistema de Informações Hospitalares e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Recentemente publicado, o Atlas da Obesidade da World Obesity Federation aponta que, até o ano de 2035, mais de 750 milhões de crianças entre 5 e 19 anos deverão viver com excesso de peso, representando duas a cada cinco crianças globalmente — e a maioria delas habitantes de países de renda média. No Brasil, o

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional aponta que cerca de 31% das crianças e adolescentes atendidos na atenção primária do SUS em 2022 estavam com excesso de peso. O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil já havia apontado, em 2019, que 80% das crianças menores de 2 anos tinham consumido produtos alimentícios ultraprocessados, o que representa uma exposição prematura a alimentos não saudáveis.

Esses dados são alarmantes e apontam a necessidade de fortalecimento e ampliação tanto das políticas de controle e redução da obesidade infantojuvenil no Brasil, quanto das políticas regulatórias e fiscais que promovam ambientes alimentares mais saudáveis, a exemplo da tributação e criação de imposto seletivo para produtos alimentícios ultraprocessados. Fica evidente que o momento é agora, e não podemos nos calar diante de um debate que exige toda premência: a Reforma Tributária, o imposto seletivo e a cesta de produtos que fazem, indiscutivelmente, mal à saúde e devem ser sobretaxados.

Os produtos alimentícios ultraprocessados são aqueles produzidos pelas indústrias de alimentos com aditivos cosméticos e excesso de açúcares e gorduras, como salgadinhos, refrigerantes, embutidos, doces industrializados, que não trazem benefício algum à saúde nutricional e são fatores de risco para o sobrepeso e a

obesidade, especialmente em crianças e adolescentes. Já está comprovado cientificamente que obesidade infantil é um importante preditor de obesidade na idade adulta, aumentando os riscos de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer.

Apesar de evidências científicas sólidas e de frequentes pressões da sociedade civil organizada — que lançou, inclusive, o manifesto por uma Reforma Tributária saudável —, o governo federal excluiu os produtos alimentícios ultraprocessados do imposto seletivo, embora considere que seu consumo seja danoso. Apenas bebidas com adição de açúcar e conservantes sofrerão com a incidência do imposto.

Entendemos, portanto, que esse caminho passa não só pela sobretaxa dos ultraprocessados, mas também pelo uso do imposto seletivo para mitigar os danos causados por esses produtos em nossa saúde e no meio ambiente. E como propulsoras desse movimento ainda reforçamos a recomendação de que os recursos arrecadados com o imposto seletivo de produtos ultraprocessados sejam destinados ao SUS, na prevenção e no tratamento da obesidade.

Temos muito trabalho pela frente, mas seguimos esperançosos de que o futuro pode ser muito promissor e com muita qualidade de vida para as crianças e adolescentes brasileiros.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

O sapo na viola

Caso venha a ser aprovada também no Senado com o texto original enviado pela Câmara dos Deputados, a Reforma Tributária vai colocar o contribuinte brasileiro entre duas opções. De um lado, menos burocracia em impostos e contribuições. De outro, uma elevação nas alíquotas sem precedentes na história do país. Quaisquer das duas opções, o contribuinte é quem menos tem poder para fazer sugestões nessa discussão e o que mais será impactado por uma reforma que visa objetivamente dotar o governo federal de todos os poderes para arrecadar como nunca.

Economistas que acompanham essa discussão sabem, de antemão, que a soma da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) resultará no chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com uma alíquota unificada estimada em 26,5%, que é uma das maiores do mundo. Ou seja: mais de um quarto de todos os impostos e contribuições gerados no país ficará à disposição dos governos para gastar esses recursos como quiserem.

Coisas como adquirir casa própria, sonho de nove em cada 10 brasileiros, ficará quase impossível, já que a tributação sobre um imóvel, que hoje varia entre 6,4% e 8% facilmente vai ultrapassar os 22%. Para aqueles que acreditam que ainda é possível extrair mais impostos da população, quando se sabe que a curva de Lafer já aponta para baixo, só resta mesmo fazer chegar ao contribuinte a narrativa de que a Reforma Tributária será benéfica para as classes menos favorecidas e que os ricos, finalmente, vão pagar impostos. Nada mais irreal.

Na verdade, caso aprovada, vai ocorrer justamente o contrário, com os pobres pagando ainda mais impostos, já que as empresas vão repassar aos consumidores cada centavo a mais cobrado pelo governo. Sempre que se ouve falar em reforma tributária, o que vem escondido como um sapo na viola é o aumento de impostos. Somos os campeões mundiais tanto em carga tributária quanto em precariedade no retorno em forma de bens e serviços. Até mesmo os serviços de saneamento público, num país em que 100 milhões de pessoas não têm tratamento de esgoto, serão altamente majorados.

Também todo esse festival de aumento de alíquotas passou batido, já que as mais de 500 páginas, contendo a reforma, foram lidas em minutos. Tudo isso com os deputados fazendo cara de paisagem, olhando seus celulares ou conversando entre si, absortos do que se passava. Muitos desses representantes da população votaram sem saber uma linha contida na reforma. Nem mesmo os motoristas de aplicativo ficaram de fora, sendo obrigados a pagar doravante uma alíquota de 26,5% como microempresários.

Os interesses políticos próprios e a liberação histórica de emendas no Congresso deram oportunidade de o governo fazer o que queria com a reforma, como os aumentos da gasolina, que, agora, terão uma prévia, assim como o do gás de cozinha, forçando ainda mais famílias a voltarem a procurar lenha para cozinhar os alimentos.

Na visão do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, a votação dessa matéria ocorreu assim: “Poucos minutos antes do voto, os deputados receberam o texto final da lei complementar que vai regulamentar a reforma tributária. Ninguém leu. E, mesmo assim, vários deputados da esquerda governista subiram ao palarque para defender o texto não lido. Os deputados do centro se calaram e votaram com o governo. Resultado, a lei complementar, não lida, passou com mais de 300 votos.” Nada mais fiel conhecendo o parlamento que temos, onde o descompromisso com os eleitores já é por demais conhecido.

Caso houvesse uma real discussão dessa reforma, com os deputados inteirados do total teor da matéria, dificilmente a Reforma Tributária teria passado na Câmara dos Deputados. Mesmo assim, chega a ser impressionante que os deputados tenham dado um tiro no pé, votando em uma lei que vai contra os interesses dos próprios estados e contra seus eleitores.

Para o citado deputado, os princípios do federalismo, da subsidiariedade e da liberdade econômica foram ignorados em prol de um projeto de arrecadação sem limites, centralização e controle de todas as atividades do país. Não há o que comemorar com essa aprovação.

» A frase que foi pronunciada:

“A arte de governar geralmente consiste em espoliar a maior quantidade possível de dinheiro de uma classe de cidadãos para transferir a outra.”

Voltaire (François Marie Arouet)

Combatente

» Fogo consumiu parte do cerrado entre a MI10 e o Taquari 2. Tratava-se de uma chácara com difícil acesso para os bombeiros. Os vizinhos ficaram bastante apreensivos, mas tudo se resolveu. Uma observação feita por um combatente é que, entre as medidas contra o fumo, os incêndios à beira das estradas diminuíram visivelmente. Era hábito jogar bituca de cigarro pela janela, o que causava danos terríveis ao Cerrado.

» História de Brasília

A linha é para o Ceará. Podem dizer que eu estou puxando o facão para o mandacaru, mas o que é fato é que a divisão de tráfego de uma empresa não deve desprestigiar as cidades que serve. E o que se vê é isto: quem quiser ir de Brasília a Fortaleza terá que viajar via Rio. Uma passagem de 36 mil cruzeiros passa a custar mais de 60 mil cruzeiros. (Publicada em 11/4/1962)